

**MAURÍCIO WALDMAN**

# **ÁGUAS DOCES DE ANGOLA:**

**CONCLUSÕES DE UMA ANÁLISE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



**SÉRIE PROFESSOR MOURÃO 7**



**EDITORA KOTEV**



**Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão (1934-2017)**

## **PREFÁCIO**

### **Existem dois tipos de pessoas: as que fazem, e as que se explicam (Talmud)**

Meu convívio com o Professor Mourão foi longo, produtivo e enriquecedor.

Recordo-me vividamente das aulas ministradas por este grande mestre nas Ciências Sociais da USP, usufruindo com grata fortuna dos conhecimentos deste autêntico gigante intelectual.

Em paralelo, Mourão revelou-se um homem justo e ponderado, afeito à nobreza de causas que num plano geral, eram amplamente ignoradas, quando não desprezadas, pelo conjunto da sociedade.

Foi assim então que fui iniciado na ciência deste continente esplêndido e formidável que é a África, dos seus povos e culturas.

Generoso, o Professor Mourão dispunha-se com o agrilhoamento da informação, mantendo disposição permanente em cientificar seus pupilos com toda sorte de dados que dispunha.

E caso não os tivesse, prestava-se a procurar para novamente retomar um ciclo de trocas que parecia nunca ter fim.

Homem de ação, o Professor Mourão teve papel magnífico nas lutas de libertação dos povos africanos, que conhecia com a sabedoria dos que participam ativamente no que acreditam.

O reconhecimento pelo seu trabalho, digno e incansável, manifestou-se no apreço dos alunos pela sua pessoa, nos inumeráveis convites que a ele eram endereçados para ministrar conferências e também, como posso pessoalmente testemunhar, pelas ligações que recebia do outro lado do Atlântico, atendendo diplomatas, líderes e chefes de Estado africanos.

Nada mais certo que dia mais, dia menos, meu envolvimento com a pessoa do Professor Mourão se desdobrasse num trabalho acadêmico profundo.

Foi assim que numa tarde de 2011, no seu sítio em Cotia, na Grande São Paulo, veio à baila a proposta de que eu desenvolvesse, sob sua supervisão, uma investigação em nível de Pós-Doutorado com foco na África.

Uma vez mais o Professor Mourão colocou em ação seus dotes como preceptor. Assim, de vez que eu não tinha formação em Relações Internacionais (RI), que seria a moldura disciplinar da proposta de Pós-Doutoramento, fui instado a fazer o que meu instrutor definiu como graduação por conta própria em RI.

Foram dezenas de textos e livros que devorei com determinação para que meu trabalho tivesse calço substantivo no tocante ao marco teórico da pesquisa, labor sempre acompanhado com prontidão pelo mestre Mourão.

Seguiram-se dois anos de pesquisas exaustivas, desenvolvidas em paralelo com o aprofundamento de minha participação no **Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP)**, e interação com atores como a revista **Brasil Angola Magazine** (sob direção do igualmente saudoso jornalista Antônio Lúcio), com o **Jornal Cultura** (de Luanda, Angola) e com a **AFRO-CHAMBER**, Câmara de Comércio Afro-Brasileira.

Em 2017, quando do falecimento do Professor Mourão, tomei a decisão de trazer a luz os materiais desenvolvidos durante a investigação de Pós-Doutorado, tanto no tocante ao conteúdo específico do Relatório Final da investigação (Aprovado com distinção pela FAPESP), quanto no tocante ao polpudo acervo de textos resultantes das atividades da pesquisa.

O material que segue é, deste modo, um dos que trazem a marca inconfundível de um orientador singular, sempre querido e lembrado. Como homenagem a este homem incomum, o texto integra a **SÉRIE PROFESSOR MOURÃO**, sob titularidade da **EDITORA KOTEV**, publicadora digital sediada na capital paulista.

Que a leitura deste e dos demais materiais da **SÉRIE PROFESSOR MOURÃO** possam evocar, ao menos parcialmente, a contribuição imorredoura do grande intelectual e mestre Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Mesmo porque os que fazem, não se explicam: simplesmente trazem à mostra o resultado do seu trabalho.

Bom proveito da leitura.

**MAURÍCIO WALDMAN**

## ÁGUAS DOCES DE ANGOLA: CONCLUSÕES DE UMA ANÁLISE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS <sup>1</sup>

MAURÍCIO WALDMAN <sup>2</sup>

Concluir a respeito de uma investigação dificilmente pode se eximir da apresentação de uma seleção de sinopses. Partindo de uma preocupação de ordem prática, uma tábua explicativa composta por parágrafos breves auxilia todos os que atravessam uma discussão no sentido de alinhar o que comporia o âmago de um temário. E o propósito assumido deste esforço seria o de despertar aqueles apontamentos que por sedução ou intelecção, passaram a povoar o mundo da especulação.

Não há porque detalhar excessivamente este empreendimento. Uma vez que este texto se inscreve no campo das Relações Internacionais (RI), o que por definição admite inter-relacionamentos e toda sorte de aberturas para análise, caberia agora prender-se então ao essencial. Isso significa contrapor-se à minúcia. Memorizar é de algum modo esquecer, tanto quanto concluir é sintetizar.

Assim, em meio a muitas variáveis cabíveis numa pesquisa com o escopo de *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, selecionaremos os indicativos básicos que constituiriam a chave para o entendimento da investigação.

Com toda certeza, **uma primeira consideração matricial** nos direciona aos processos integrativos do continente. Com esse apontamento em vista, uma conclusão se impõe de modo bastante claro: o quanto o idealismo original pan-africanista, que almejava o continente inteiro participando em uma única moldura estatal, foi substituído por proposições gradualistas, centradas na consolidação dos novos Estados recém-independentes. Esta encruzilhada política colocada para o ideário pan-africanista transparece nas precisas indagações de Ali MAZRUI:

“Mas havia um outro ponto de divergência, uma clivagem vertical, concernente, por sua vez, à profundidade da unidade africana. Seria necessário buscar a integração política imediata e a formação de um país único? Ou antes, caberia aos Estados africanos buscar primeiro formas de unidade mais modestas e mais “superficiais”, tais como: a coordenação das relações exteriores em nível diplomático, ou a

cooperação econômica, ou ainda laços funcionais em matéria de comunicação e equipamentos comuns?” (2010: 16).

Sabidamente, a resposta hegemônica a esse dilema foi a criação dos *Regional Economic Communities* (RECs), recomendação que subentendia esforços cumulativos apontando para a integração africana. Todavia, ao cabo de várias décadas de experiências em toda a África, o andamento do processo da integração regional, incluindo a própria (e emblemática) unidade africana, substantivou posições cerimoniosamente retóricas (Cf. WALDMAN, 2013d).

Essa afirmação não é em absoluto um posicionamento isolado. Grande leva de analistas da integração regional em África concordam em assinalar o caráter desalentador dos resultados alcançados, que contrastam com a multitude de instituições multilaterais criadas desde os anos 1960 (Cf. BADI, 2001: 54).

Mas, embora acumulando resultados pouco expressivos, as comunidades regionais africanas sugerem uma análise mais acurada, atenta na aferição de um continente cuja percepção é perpassada por seculares ranços pejorativos e desqualificantes. Portanto, todo cuidado é pouco. Não é outro o fito da exortação que estamos a disponibilizar:

“Desejaria crer nas intenções e nas vontades políticas de cada Chefe de Estado e de governo, de cada intelectual africano, de cada diplomata africano. Mas também desejaria crer que o discurso derrotista, tanto dentro da África quanto fora dela, tivesse um pouco mais de boa vontade para com o destino da África, pois ela não terá seu devir endemicamente subordinado à lógica da alienação” (SARAIVA, 2002: 138).

Em sendo esse o filão da apreensão, façamos, pois breve retrospectiva. A África é um continente que emerge dos constrangimentos colonialistas a partir do ano de 1957, lapso de tempo que qualquer historiador classificaria como “ontem”.

Porém, muitas independências africanas são efemérides historicamente ainda mais recentes. A saber, a autodeterminação de países como Argélia, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Ilhas Comoros, Zimbabwe, África do Sul, Cabo Verde e Namíbia, chegou a ser postergada por mais de três décadas após o início do ciclo da descolonização (*passim* WALDMAN *et alli*, 2007).

A esse corolário representativo da teimosia ocidental em manter a África sob seu tação, podemos consignar um cipoal adicional de adversidades engendradas pelas

contingências cruas da Guerra Fria. Não haveria como contestar, os choques Leste-Oeste desestabilizaram inúmeras jovens nações africanas, que paralelamente ao desafio de assegurar um mínimo de governabilidade (quase sempre a partir do nada), enfrentaram também dissensões internas, ausência de quadros técnicos e administrativos, clima econômico desfavorável, intromissão dos grandes interesses econômicos e das próprias ex-metrópoles. Assim sendo, não surpreende a acanhada progressão obtida pelos planos africanos de integração econômica.

Nesse sentido, pode-se ponderar que as argumentações amiúde difundidas sobre um “*status* falimentar” da África (que por sinal endossam o cardápio de desqualificação afro-pessimista), é uma averbação que deveria ser acrescida da ressalva quanto à absoluta falta de modéstia subjacente às interpretações oriundas da mídia, dos escritórios de entidades internacionais e de muitas cátedras dos países afluentes.

Devemos reter que se em África presenciamos um processo integrativo crivado de contrariedades, a Europa, após séculos de entrada em cena do moderno Estado-Nação, não teria neste quesito muito no que se pronunciar.

Note-se que quase quinhentos anos após a instauração da Paz de Westphalia em 1648 (efeméride que pavimenta o moderno sistema internacional de Estados), a despeito de guerras sucessivas e inclusive ao arrepio de duas conflagrações que engolfaram o Planeta inteiro numa espiral sem precedentes de violência e morte, os países europeus perseveraram em assistir a uma dança das fronteiras e à porfia dos antagonismos étnicos, aos quais não estão ausentes ingredientes racistas, agressivos e autoritários.

No que parece escapar à perspicácia da crítica especializada, o que é imputado à África poderia ser endereçado com maior propriedade a outros teatros geográficos, a começar pelo próprio continente europeu. Por exemplo, do desmantelamento da URSS e das repúblicas populares da Europa Oriental, surgiram quinze países a partir da ex-União Soviética, seis oriundos da desagregação da antiga República Federal da Iugoslávia e dois com a extinção da Tchecoslováquia.

Ao elenco desses novos pares do sistema internacional de Estados, aguardaria reconhecimento diplomático de não menos do que três outros Estados juridicamente *in absentia* diante da comunidade diplomática global. Estes seriam as repúblicas da Transdnéstria <sup>3</sup>, assim como a Abkhazia e a Ossétia do Sul <sup>4</sup>, todas situadas em espaços tradicionalmente definidos como esfera de influência da Grande Rússia (Cf. MELLO, 1999: 180-182).

Quanto à Europa Ocidental, o quadro seria diferente somente sob determinada tonalidade. Certamente, contrastando com muitos países da antiga Europa do Leste, as duas Alemanhas formam uma só soberania estatal. Todavia, permanece aceso o desejo inarredável de muitas das “tribos” europeias (bascos, catalães, escoceses, flamengos, valões, corsos, bretões, italianos setentrionais e meridionais), em criar representações nacionais individualizadas. Por sinal, uma movimentação exclusivista que ocorre em um continente que espelharia os anseios da integração continental.

Seria também inevitável rubricar que na Europa, o motor dos movimentos em prol da criação de novos Estados soberanos tiveram quase sempre por base fatores endógenos, assentados em antinomias históricas, étnicas e culturais que nos últimos séculos, tem se desdobrado na criação de novas entidades estatais.

Trata-se nas suas últimas consequências de um desdobramento das pulsões engendradas por mitologias nacionais que irrompem na Europa como subsídio para promover e potencializar a unificação dos mercados, agora às voltas com resultados imprevistos - e talvez incontrolláveis - paradoxalmente engendrados por elas mesmas (WALDMAN, 2008 e 2003).

Contudo, as aspirações separatistas que irrompem na África acatam outros motes. Ainda que vez por outra sejam subsidiadas por ideários de atestada senioridade, muitos movimentos seccionistas acontecem sob o manto da ingerência ocidental. No que seria notação emblemática, a revolta da província de Katanga (ou Shaba, Sul do Congo), o primeiro empreendimento separatista do período da descolonização, foi escorado no plano diplomático-militar pela Bélgica, a ex-metrópole, assim como por outros representantes do mecenato político ocidental.

Para complementar, contradizendo os rompantes relativos aos conflitos étnicos supostamente insuperáveis localizados no continente, a história africana demonstra muitas experiências de coexistência envolvendo grupos diferentes entre si num mesmo quadro político. A confirmar tal afirmação podem-se evocar múltiplos reinos e impérios pluriétnicos que vicejaram por toda a África, articulando povos, línguas, religiões e culturas no plexo comum de comunidades estatais diversificadas e plurais (WALDMAN, 2013 e 2007).

Às ressalvas de fundo, agregam-se as de mote mais específico. Muitas avaliações técnicas, comumente apelando para matrizes normatizações e métricas de cunho econométrico, induzem o julgamento de que não haveria muito a ser feito em um continente no qual as estatísticas parecem indicar que o ideal do associativismo

africano, ou a economia continental em si mesma, possuiria escassas possibilidades de êxito.

Como já expressei, faria sentido insistir o quanto os discursos institucionalizados se mantêm cegos na análise de realidades que teimam em exercitar sua personalidade, ignorando objeções de fundo tecnocrático. Tem aqui uma palavra a determinada capacidade das populações reinventarem a economia e suas possibilidades. É o que justifica a força dos arranjos tecidos pela economia informal, esteio de milhões de africanos que de outra forma, estariam despossuídos de qualquer cidadania econômica (WALDMAN, 2017; 2013b; 2012a; 2013b).

No mais, a julgar pelo que muitos relatórios acusam, o continente estaria assediado por obstáculos, desvios e resistências que comprometem o caminho da integração numa escala que se projeta desde a supremacia de países empossados de “efeito alavanca”, passando por órgãos multilaterais que dispensariam o empreendedorismo econômico enquanto prioridade precípua, quando não omitindo-se da aplicação dos programas que justificariam sua própria existência institucional (WALDMAN, 2018; GÉNERO, 2012: 235-236, FERREIRA, 2005; BADI, 2001; MUNANGA, 1997: 299).

Entretanto, devemos reter que essas problemáticas não constituem monopólio do regionalismo africano. Apontando com brevidade, entenda-se que não vigora no mundo atual nenhum processo integrativo isonômico. Contrariamente, a integração econômica constitui tema refratário ao esquematismo, relevando-se um processo nada fácil na maioria das experiências em curso (Cf. WALDMAN, 2020).

Atente-se que a tão decantada União Europeia (UE), semanticamente tipificada enquanto uma comunidade, está distante de o ser. Observe-se que na UE coabitam economias com o potencial da Alemanha (cuja capacidade financeira é decisiva para calçar a economia europeia), França e Reino Unido e na outra ponta, nações com o porte do Kosovo e a Estônia.

Por isso mesmo, a entidade não configura um órgão verdadeiramente supranacional, meta que para ser alcançada exige esforços a serem postos em prática de modo extensivo e negociado, solicitando o que haveria de melhor no espírito diplomático (Ver entre outros, MOURÃO, 2011).

Observação que se impõe por si mesma, as problemáticas da integração africana não seriam tão diferentes daquelas que podem ser observadas noutras partes do mundo. Com efeito, a proeminência cabal da Nigéria no conjunto da ECOWAS (*Economic Community of West African States*, ou Comunidade Econômica dos Estados da África

Ocidental: CEDEAO), assim como da África do Sul, no seio da SADC (*Southern Africa Development Community* ou Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral em português: CDAA), é algo tão compreensível quanto à projeção da Alemanha nas fileiras da União Europeia e dos Estados Unidos no espaço do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade Agreement*: NAFTA).

Deste modo, os descompassos que geram Estados com proeminência convivendo com outros que atuam de maneira condicionada aos países detentores de maior força (claro desdobramento epifenomênico de uma ordem mundial que articula polos que exponencializam uma cooperação imperfeita), se trata de um feito que não é em absoluto, um privilégio africano. Relativamente ao perfil dos RECs e de entidades adjuntas e/ou coadjuvantes, havemos de considerar que em vários casos, esses órgãos alargaram seus propósitos, minimizando ou ultrapassando sua natureza econômica.

Em entidades regionais como a União do Magreb Árabe (UMA), predominam, por exemplo, os aspectos político-diplomáticos, dentre esses o relacionamento dos três países magrebinos, Tunísia, Argélia e Marrocos, com a possante União Europeia, uma vizinhança que incita o fortalecimento de uma parceria inter-regional com vistas a negociações com os países europeus <sup>5</sup>. Nesse caso transparece a vocação do globalismo em pautar a soma dos esforços para agilizar a interlocução internacional <sup>6</sup>, uma plataforma que inclui um temário amplo, não redutível à economia (Vide WALDMAN, 2013d).

Outra notação pertinente é a questão relacionada à segurança. Visando conter as incertezas decorrentes dos conflitos que tem abalado a República Democrática do Congo (RDC), a CEEAC (Comunidade Econômica dos Estados da África Central), sentiu-se instada a criar mecanismos para estabilizar a região <sup>7</sup>, ao passo que a Comissão Econômica dos Países dos Grandes Lagos (CEPLG), impossibilitada pelo cenário de guerra nos países desta região em exercer seu mandato propriamente econômico, passou a reagir mais como um fórum de política regional do que como um REC.

Colocando, pois a questão em bons termos fica demonstrado que inexistente um modelo único de integração. Muito menos, que a integração seja solução mágica para os problemas econômicos e de desenvolvimento da África. Neste exato sentido, permite-se entender que as estratégias de integração econômica não são eficazes em si mesmas, sendo que no caso africano, demonstram proeminência as categorias de ordem setorial, políticas e culturais (MBENGE, 2013: 25).

Na realidade, a gestão dos processos econômicos da integração deve caminhar junto com a adoção prévia de um marco político e institucional definido pelos sócios das parcerias regionais, fundamental para animar dinâmicas e estratégias de planificação do desenvolvimento, seja nacional ou regionalmente. Assim as teorias clássicas de integração e cooperação, modeladas a partir de experiências surgidas no Hemisfério Norte, devem ser adaptadas ou substituídas por modelos inspirados na realidade africana (*apud* BADI, 1992: 58).

Pois em sendo assim, atenhamo-nos ao que o **segundo rol de considerações** nos coloca especificamente quanto à África do Sul, Angola, a África Austral e a SADC no seu conjunto.

Em conformidade com o que foi exposto ao longo do Relatório, a África do Sul (ou *Republic of South Africa: RSA*) posiciona-se declaradamente enquanto um “espaço núcleo” nas esferas econômica, política e diplomática.

Tal posição, apela comumente para a consideração da RSA como uma potência no plano continental e como economia emergente no sistema mundial. Ajuizando a proeminência do país, nada melhor do que assinalar a recente admissão, em Abril de 2011, da RSA no grupo das cinco economias emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, atinente ao acrônimo BRICS (SILVA, 2008).

A testificar tais veredictos, atentemos para o seguinte depoimento: “A África do Sul quer vir a liderar um bloco regional, separando ao longo do processo as águas dos seus interesses próprios, vis-à-vis os de seus vizinhos, tanto no plano regional, como mais ainda, no plano mundial, onde o regional não deixa de calçar o perfil próprio da jovem democracia” (MOURÃO, 1996: 84).

Para arrematar, podemos mencionar que o fato da SADC ter sido impulsionada como reação ao hegemonismo da velha República Sul-Africana (a república do *Apartheid*), não foi superado. Mesmo porque, embora não mais materialize um inimigo político - tal como na época do regime de minoria branca - a África do Sul continua a perseguir o hegemonismo como meta (Vide WALDMAN, 2013c e SANTOS, 1999a: 144).

Neste particular, parece correto rubricar que o papel exercido pela RSA é subsidiado por um profícuo repertório de fatores, muitos dos quais enraizados em eventos da história pregressa do país. Exemplificando, no plano mundial a RSA, sendo um país bi-oceânico, banhado pelo Atlântico a Oeste e Índico a Leste, dotado com 3.000 quilômetros de orla litorânea e posicionado na dobradura da rota do Cabo, foi outorgada de um papel privilegiado para o comércio global.

Ora, o que se tem é um caminho marítimo pela qual transita fração magistral da energia consumida pela União Europeia e os Estados Unidos, determinando que a *extremis terrae* sul-africana seja de interesse estratégico para o Ocidente e para o comércio internacional (Cf. WALDMAN, 2013c; PENHA, 2010: 129-130 e 134; MELLO, 1999: 188; MONETA, 1994 e COUTAU-BÉGARIE, 1985).

Além disso, na perspectiva econômica e da infraestrutura, a RSA, enquanto eixo das inflexões da ordem internacional consolidada a partir das últimas décadas do século passado, terminou se afirmando continentalmente. A África do Sul é o país mais industrializado do continente e base de intenso comércio de matérias primas. Sem contar o ouro e os diamantes, sua pauta de exportação inclui minerais estratégicos como urânio, níquel, cobre e manganês. O poderio econômico da RSA foi igualmente assegurado por pontos de apoio geográficos, que conceitualmente poderíamos considerar como *fixos* (SANTOS, 1999b, 1998, 1988 e 1978), amplamente conotados por enorme relevância geoespacial.

Particularmente, este seria o caso da opulenta metrópole de Joanesburgo, cidade que concentrando 10% de toda atividade econômica do continente, é referência de ponta para toda a SADC. Em 2007, Joanesburgo contava com cerca de 5,3 milhões de habitantes, a quarta maior metrópole africana, superada apenas pelo Cairo, Lagos e Kinshasa.

Maior centro industrial e financeiro da RSA, a cidade é senhora de 16% do PIB sul-africano e 40% da atividade econômica da rica Província de Gauteng, da qual constitui a capital administrativa. Ademais, Joanesburgo faz parte do *ranking* dos 50 centros urbanos com maior projeção no comércio global.

Em termos da rede urbana mundial, Joanesburgo confere a um dos *fixos* (Vide SANTOS, 1999b, 1998, 1988 e 1978) mais destacados que viabilizam o escoamento de *fluxos* ordinariamente arrebanhados de ampla circunjunção espacial, para num segundo momento, tomarem o rumo dos países centrais ou afluentes, que por esta via, realimentam os circuitos do capital financeiro mundial (Vide PENHA, 2010: 129-130; HAESBAERT et PORTO-GONÇALVES, 2006: 140; HAESBAERT, 1997: 24/25).

Todavia, no que poderia consistir uma exemplificação soberba, a metrópole de Joanesburgo é uma das raras grandes conurbações urbanas do Planeta assentada à distância dos cursos d'água ou de mananciais hídricos. Construída para ser suporte da mineração do ouro, a cidade não possui rios, lagos, aquíferos ou orla litorânea nas suas proximidades. As águas que abastecem Joanesburgo decorrem de maciças

transferências de bacias adjacentes, impactando, pois espaços localizados a longas distâncias.

Sumamente, esse núcleo urbano é representativo de uma opção por um uso dos recursos hídricos em descompasso com a capacidade de suporte do ambiente e tal como a economia da RSA como um todo, Joanesburgo reporta a uma modalidade hídrica que está sob caução. Deste modo, seria mister consignar que apesar das alterações na condução da política hídrica comparativamente ao *Apartheid*, os fios condutores que a direcionam, persistem largamente inalterados (TURTON, 2005: 17).

Deste modo, o quadro apresentado não admite nenhuma visão apologética da África do Sul. Pelo contrário, a análise da realidade deste país deve ser acompanhada de reparos e correções. Senão vejamos:

“A África do Sul é normalmente apontada como o principal país da região, o que não pode ser tomado sem reservas. Sem dúvida, é o país de referência em matéria de serviços, o que lhe dá um destaque especial, da industrialização, da indústria da alimentação e em outros ramos produtivos. Entre os fatores negativos aponta em primeiro lugar, a incapacidade energética. Os responsáveis políticos tiveram de optar pela construção de usinas movidas a carvão, altamente poluentes. Enquanto isso, as grandes reservas de água estão em Angola, as bacias hídricas ficam em Angola e na África Central. A produção de ouro, emblemática do país, está limitada pelo custo de exploração. A imagem da África do Sul, tão bem trabalhada por sua excelente diplomacia, colocou o país num patamar elevado, o que não deixa de ser real. Mas, esconde as suas fragilidades, ao que se acrescenta o delicado problema social” (MOURÃO, 2010a: 6-7).

Por sua vez, Angola, foco da investigação, apresenta várias interfaces que trazem novos dados a essa discussão. Iniciemos pelo primordial: embora não tenha fronteira com a África do Sul, Angola está distante de ser entendida como nação integrando exclusivamente a África Central. Mais corretamente, de acordo com o que foi comentado, o território angolano perfaz um *espaço de transição*, plotado entre o que é definido como África Austral, par a par com a África Central (Vide WALDMAN, 2013c).

Essa ressalva, que questiona a interpretação de uma polarização incontestada do continente africano pela RSA, permite sinalizar um papel proeminente por parte de Angola tanto frente a SADC, quanto à CEEAC. Com efeito, o país é de um ponto de vista espacial, o mais setentrional no conjunto que forma a SADC e simultaneamente, o mais meridional dos bordos litorâneos da CEEAC.

Sintetizando: temos uma variável geográfica conotada pela condição de transição, que por sua vez tem sido realçada pelo próprio trânsito diplomático angolano na região. Complementando, a isso podemos somar a presença política de Angola em espaços contíguos à esfera dos dois mencionados RECs, caso em especial da *Comissão dos Países do Golfo da Guiné (CGG)* <sup>8</sup>, e em outras instituições com viés continental <sup>9</sup>.

Dito de outro modo, contrariamente à RSA, que geograficamente é uma *finisterra*, Angola está posicionada em pleno plexo solar do espaço delimitado pela SADC e CEEAC, plotagem geoespacial que tal como foi observado, garante ao país, vantajosa dianteira em termos estratégicos no debate dos recursos hídricos regionais <sup>10</sup>.

Por sinal, a chancelaria angolana dispõe de variado rol de conexões diplomáticas, atuando simultaneamente no espaço do SADC e do CEEAC. Para qualquer observador isento, fica óbvio que o país valoriza, até por questões relativas a sua história recente, o peso das relações internacionais.

Nesta senda, Angola tem investido nos vínculos inerentes mantidos com os países de língua oficial portuguesa, dentre estes, particularmente com o Brasil. Isto, sem contar o prestígio do exército angolano, um fator decisivo para que junto com Zimbabwe e Namíbia, Angola interviesse em 1998 para defender o governo legal da RDC, garantindo a pacificação da África Central.

Neste sentido, a atuação da diplomacia angolana reforça o argumento de que o país, ao se especificar enquanto espaço que geoestrategicamente coloca em contato a África Central e a Austral, permite habilitá-lo a colher dividendos políticos em duas áreas vitais da África contemporânea, aspecto para o qual, a posse por parte de Angola de gigantescas reservas de águas doces, joga peso fundamental.

Isso porque “em um país como Angola, que regionalmente tanto faz parte da África Austral como da África Central, a água, não só pela importância interna, o que é óbvio, é um importante tema de direito regional” (MOURÃO, 2010b: 2).

Nesse panorama, a atuação angolana no debate regional relacionado aos recursos hídricos revela um reconhecimento das discordâncias existentes no foro regional mais amplo.

Conforme registramos noutros pontos do Relatório de pesquisa, Angola apresentou reservas que justificaram até o ano de 2003, o adiamento da assinatura do Protocolo sobre o *Sistema de Cursos de Águas Partilhadas da região da Comunidade de*

*Desenvolvimento da África Austral* (Conferir SADC: *Protocol on Shared Watercourse Systems in the Southern African Region*), atitude que explicitaria posicionamentos discordantes, deixando entre os técnicos da SADC a impressão de que se tratava de uma manifestação de força no espectro sub-regional, clara expressão dos préstimos inerentes à portentosa capacidade hídrica do país.

No que antecipa contradições futuras, e simultaneamente confirma a correlação entre água e poder nas relações multilaterais na África Austral, a posição angolana também pode ser apreciada na perspectiva do país ganhar tempo para chegar às suas próprias formulações de política hídrica, nas vertentes interna e externa, antes de assinar o Protocolo <sup>11</sup>.

São nuances como estas que evidenciam a posição estratégica do país como primeiro usuário das águas de quatro grandes rios internacionais, assim como o prestígio institucional de facto desfrutado pela *Doutrina da Soberania Territorial Absoluta* <sup>12</sup> quanto à gestão dos recursos hídricos localizados no território de um Estado soberano (WALDMAN, 2013c; GONÇALVES, 2003: 134).

Certamente, em contraposição a esse contexto, há todo um potencial, no tocante às relações multilaterais, relativamente à SADC/CEEAC, que podem suscitar um debate renovador sobre os usos da água e seu compartilhamento. Entretanto é importante rubricar que o conceito de cooperação regional ainda é incipiente e que o mesmo depende de muito esforço para ser consolidado.

Deste modo, o interesse nacional particular de cada Estado continua a jogar um papel predominante na gestão dos recursos hídricos, sendo que cada país isoladamente, procura se assegurar de tanta água quanto julga necessário para atender suas demandas.

Para tanto, a obtenção de água lança mão de barragens, redes de canalização e de complexos sistemas de abdução e transposição de água das bacias existentes nos seus territórios.

Contudo, tais procedimentos, usualmente encaminhados ao arrepio de prejuízos ocasionados para as populações ribeirinhas localizadas a jusante ou depauperando de áreas que constituem reservas de umidade, aceleram os nefastos efeitos das mudanças climáticas, que cedo ou tarde, repercutem negativamente para o conjunto da região e das populações (*passim* MALABO, 2011; AU-NEPAD, 2009: 69-74; UNEP, 2005: 21-23).

Daí que ao menos num sentido mais genérico, *a gestão de excelência das águas doces regionais podem constituir um passaporte para engendrar a paz e a cooperação, e não a guerra.*

Outro aporte seminal para essa investigação, investido no papel de fio condutor, é que inexiste no contexto regional da África Austral uma hegemonia pura e simples da RSA. Outrossim, Angola e a RDC <sup>13</sup> podem atuar para contrabalançar o peso sul-africano na África Austral (mais precisamente na SADC), se orientando na direção da consolidação da África Central, aplacando na contramão a presença sul-africana no conjunto do continente.

Deste modo, Angola, uma vez agraciada com rico estoque de riquezas naturais (petróleo, ferro, diamantes, minérios raros, solos férteis e, no diz respeito a essa proposta de investigação, de fartas reservas de água), mesmo não se equiparando com a RSA numa pauta meramente econométrica, pode posicionar-se enquanto sério contraponto à magnitude sul-africana.

Ponto a ponto, trata-se de uma nação relacionada com o mundo de língua portuguesa, que lhe garante audiência certa e privilegiada junto aos Países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Timor-Leste, Brasil e Portugal, dotada de experiente bagagem político-diplomática <sup>14</sup>, e que para completar, possui apreciável potencial econômico.

Consecutivamente, saliente-se que qualquer que venha a ser a bússola que o dinamismo regional venha a adotar, Angola é um país-chave nesse processo, do que decorre certa premência em investigar os temários com eixo nas movimentações, projetos e expectativas angolanas (Cf. WALDMAN, 2013e; MOURÃO, 2010a e 2010b; TURTON *et alli*, 2006: 10-12; TURTON, 2005; EARLE, 2005 e SANTOS, 1999a).

Em resumo, Angola está no centro de dessimetrias, contradições e desacertos, mas também de expectativas, potencialidades e irrupção de novos projetos, estacas que firmam e expõem esclarecedoramente, as possibilidades colocadas para esse país, uma nação com a qual o Brasil pode aprofundar pontos comuns, para benefício de ambas as partes.

Neste cenário, haveríamos de anotar um **fio derradeiro de considerações**, dizendo respeito à compreensão da África no sistema político global, uma problemática que pode ser decifrada no seu aspecto mais abrangente enquanto desdobramento do fato de que as sociedades estão esbarrando num espaço mundial cada vez mais carente de espaços vazios.

Este é um fenômeno que se avoluma desde os primórdios da Modernidade, alçado no final do Século XIX a um ponto tal que permitiu ao filósofo e escritor francês Paul Valéry <sup>15</sup> entender que: “*não mais existem vazios sobre o mapa. Começa a era do mundo finito*”.

Neste sentido, a anulação das *Niemandsland* <sup>16</sup>, averbando os ditames de um *mundo finito* carente de espaços vazios, torna-se um paradigma onde o universo diplomático se vê instado a flexionar uma interlocução cujos pares, não tem como ignorar afetos e desafetos:

“O universo diplomático é uma caixa de ressonância: os ruídos provocados pelos homens e pelos acontecimentos são ampliados e repercutem até o infinito. Qualquer choque, em qualquer lugar do mundo, é transmitido imediatamente até o outro lado do globo” [...] “O conjunto universal apresenta, portanto as características de um sistema internacional: todos os acontecimentos, onde quer que passem, provocam reações mútuas” (ARON, 1979: 365).

É diante deste quadro no qual as sociedades não tem como esquecer o fato global, que a África das fronteiras da finitude dos recursos tem sido festejada referência do noticiário econômico e do multilateralismo.

Ao mesmo tempo, ela permanece anônima na percepção positiva do imaginário ocidental. Não seria despropositado recordar que ainda existem até mesmo os que teimam em questionar sua anterioridade cultural, quando não, se recusando a reconhecê-la como civilização. Daí que caberia, pois alertar para reedição dos velhos perigos (Cf. WALDMAN *et alli*, 2007: 280-283).

Nessa perspectiva, a África parece engajada em recolocar diuturnamente os marcos de uma *Gemeinschaft* ampliada, uma comunidade de destino que persevera na busca da unidade. Como recorda argutamente o economista burkinense Youssoupha MBENGE (2013), os insucessos na integração africana teriam sido por si só, mais que suficientes para arquivar de vez o ideário da unidade africana.

Porém, se tal não aconteceu é porque em paralelo aos fracassos e dificuldades, a unidade africana permanece viva em amplos setores da sociedade africana - artistas, intelectuais, jovens e movimentos sociais - todos apontando para a tomada de consciência dos novos desafios com que a África se vê confrontada neste século XXI (WALDMAN, 2013b; M'BOKOLO, 2012: 697 *et seq*).

Recorda o historiador nigeriano Ade Ajayi: “A visão de uma nova sociedade africana deverá, necessariamente, elaborar-se na África, proceder da experiência histórica africana e do sentido próprio à continuidade da história africana. O africano ainda não é mestre do seu destino, contudo, ele tampouco persiste somente como um objeto sujeito aos caprichos deste mesmo destino” (in ASANTE *et* CHANAIWA, 2010: 896).

Daí que o cenário requisita cuidado, mas também sugere o inusitado, assim como o empenho em se contrapor ao desencanto e abrir as portas do inédito.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS & CAPÍTULOS DE LIVROS

ALMEIDA, Eugénio da Costa. *Angola: Potência regional em emergência*. Lisboa (Portugal): Edições Colibri. 2011;

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada*. Revista Humanidades, n°. 22, Retratos da África, pp. 12-32. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UNB). 1989;

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília. 1979;

ASANTE, S. K. B. et CHANAIWA, David. *Capítulo 24: O Pan-africanismo e a Integração Regional*. Volume VIII: África desde 1935. In: História Geral da África, pp. 873-896. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, n°. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

CEA. *África Única e Plural: "Mélanges" em homenagem ao Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão* (Organização: Kabengele Munanga). Edição especial da Revista África, Volume 20/2. Universidade de São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). 2012;

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1979;

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Géostratégie de l'Atlantique Sud*. Coleção Perspectives Internationales. Paris (França); Presses Universitaires de France. 1985;

DEVIN, Guillaume. *Sociologia das Relações Internacionais*. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia. 2009;

FERREIRA, Manuel Ennes. *Integração econômica em África: Poder e Identidade*. In *O Racismo, Ontem e Hoje*, pp.65-85. Porto (Portugal) Universidade do Porto - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP). 2005;

HAESBAERT, Rogério. *Blocos Internacionais de Poder*. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo (SP): Contexto, 1997;

HAESBAERT, Rogério et PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Nova Des-Ordem Mundial*. São Paulo (SP): Editora Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2006;

KINDER, Hermann et HILGEMANN, Werner. *Atlas Histórico Mundial*. Colección Fundamentos. Madri (Espanha): Ediciones Istmo. 1975;

LACERDA, Gustavo Biscaia. *Algumas Teorias das Relações Internacionais: Realismo, Idealismo e Grocianismo*. Revista Intersaberes, ano I, nº. 1. Curitiba (PR): Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER). 2006;

MAZRUI, Ali Al'amin. Capítulo 5: *Procurai primeiramente o reino político...*. In: História Geral da África, Volume VIII: África desde 1935, pp. 125-149. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

MBENGE, Youssoupha. *Panafricanisme et Fondements Théoriques de la Dynamique Integrationniste Africaine*. Panafricanism & African Renaissance - 21<sup>th</sup> African Union Summit, 19-27 May, 2013, pp. 25-27. In: Au Echo: *The Africa We Want*, Special Issue for the 50<sup>th</sup> Anniversary of the OAU-AU, 1963-2013. Adis Abeba (Etiópia): União Africana. 2013;

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Dois Volumes: Tomo I (*Até o século XVIII*) e Tomo II (*Do século XIX aos nossos dias*). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo (SP): Casa das Áfricas. 2012;

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999;

MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília (DF): Editora Universidade Nacional de Brasília. 1981;

MONETA, C. J., HILTON, S. TULCHIN, J. S., BALMACEDA, H. M., HAYES, M. D., GRABENDORFF, W., AUBURN, F. M., KIMBALL, L., DZIDZIENSYO, A. *Geopolítica y Política de Poder en el Atlântico Sur*. Buenos Aires (Argentina): Editorial Pleamar. 1994;

MUNANGA, Kabengele. *Cultura, Identidade e Estado Nacional no Contexto dos Países Africanos*. In: A Dimensão Atlântica da África (Coletânea da II Reunião Internacional de História da África), pp. 297-300. São Paulo (SP): Coedição Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP), SDG da Marinha e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). 1997;

NOGUEIRA, João Pontes et MESSARI, Nizar. *Teorias das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. 1ª edição, 7ª reimpressão. Rio de Janeiro (RJ): Elviesier Editora Ltda. 2005;

NOLTE, Detlef. *How to compare regional powers: analytical concepts and research topics*. Review of International Studies, nº. 36, pp. 881-901. Cambridge (Reino Unido): British International Studies Association. 2010;

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA. 2011;

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 3ª edição. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999b;

\_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. Coleção Geografia e Realidade, nº. 25, 4ª edição. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1998;

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Espaço Habitado - Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

\_\_\_\_\_. *Por Uma Geografia Nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo (SP): coedição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1978;

SARAIVA, José Flávio Sombra. *A Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) no Contexto Internacional*. Paper apresentado no Colóquio sobre as Relações Brasil-África, 05-12-2002, Instituto Rio Branco. Anais, páginas 125-142. Ministério das Relações Exteriores (MRE)/ Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI)/ Instituto Rio Branco (IRBr)/ Fundação Alexandre de Gusmão. 2002;

TURTON, Anthony. *A Critical Assessment of the Basins at Risk in the Southern African Hydropolitical Complex*. Helsinki (Finlândia): Workshop On the Management of International Rivers and Lakes Hosted by the Third World Centre for Water Management & Helsinki University of Technology, 17-19 August 2005. 2005;

TURTON, Anthony; PATRICK, Marian et JULIEN, Frédéric. *Transboundary Water Resources in Southern Africa: Conflict or cooperation?* Development, 2006, 49(3), pp. 22–31. Basingstoke, Hampshire (Reino Unido): Society for International Development. 2006;

UNESCO. *História Geral da África*. Brasília (DF): UNESCO, com apoio da Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2010;

WALDMAN, Maurício. *Meio Ambiente & Antropologia*. Série Meio Ambiente, Volume 6. São Paulo (SP): Editora SENAC. 2006;

WALDMAN, Maurício et alli. *Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007.

## TESES, PAPERS & ENSAIOS ACADÊMICOS

AMARAL, Ilídio do. *Importância do Sector Informal da Economia Urbana em Países da África Subsariana*. In: revista Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia, XI, nº. 79, pp. 53-72. Lisboa (Portugal): Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). 2005;

BADI, Mbuyi Kabunda. *La Integración Regional en Africa: Análisis Político, Jurídico Y Económico*. Cuadernos Cuadernos de Ciencias Económicas y Empresariales: CC.EE. y EE., nº. 40, pp. 53-97. Málaga (Espanha): Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de Málaga. 2001;

\_\_\_\_\_. *Ideologías y Experiencias de Integración Regional en África*. Tese de Doutorado. Madri (Espanha): Facultad de Ciencias Políticas, Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad Complutense. 1992;

CAUBET, Christian G. *Direito Internacional Fluvial e as Particularidades da Bacia da Prata*. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Revista Sequência, Ano I, 2º Semestre. 1980;

DÖPCKE, Wolfgang. *O Encontro Estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o Novo Discurso Internacional*. Paper apresentado no Colóquio sobre as Relações Brasil-África, 05-12-2002, Instituto Rio Branco. Anais, páginas 143-184. Ministério das Relações Exteriores (MRE), Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), Instituto Rio Branco (IRBr) e Fundação Alexandre de Gusmão. 2002;

EARLE, Anton. *Hydropolitics in Southern Africa: What is the Prognosis for Peaceful Development of Shared Watercourses?* FWU Water Resources Publications, volume 3. pp. 55-68. República Federal da Alemanha: University of Siegen. 2005;

FERREIRA, Manuel Ennes. *Integração econômica em África: Poder e Identidade*. In *O Racismo, Ontem e Hoje*, pp.65-85. Porto (Portugal) Universidade do Porto - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP). 2005;

GÉNERO, Esterline Gonçalves. *Análise da Estratégia de Desenvolvimento da União Africana: - Uma abordagem Geo-Social Aplicada a São Tomé e Príncipe*. Tese elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, especialidade de Desenvolvimento Sócio-Económico. Lisboa (Portugal): Universidade Técnica de Lisboa. 2012;

GONÇALVES, José Manuel. *Valoração Econômica da Água no Baixo Cunene e Médio Uruguai em Função de Direitos e das Mudanças Institucionais*. Tese de Doutorado. Peter May (Orientador). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). 2003;

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Mercosul: O Processo Institucionalizador, seus Órgãos e Ordenamento Jurídico*. São Paulo (SP): texto mimeo. 2011;

\_\_\_\_\_. *Intuições e Concretudes*. Rio de Janeiro (RJ): Texto apresentado na V Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (IPRI). 28-29 de Outubro de 2010. 2010a;

\_\_\_\_\_. *Água: Reflexões sobre matérias de natureza jurídica de âmbito institucional, nacional e internacional*. Paper apresentado nas XIV Jornadas Técnico-Científicas. Luanda (Angola): Fundação Eduardo dos Santos (FESA). 21/24 de Setembro de 2010b;

\_\_\_\_\_. *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial através de uma Leitura de Luanda: Uma interpretação do Desenho Urbano*. São Paulo (SP): Terceira Margem. 2006;

\_\_\_\_\_. *Processos de Integração e Grupos de Interesse Diferenciados: UA, CEDEAO/, ECOWAS, COMESA, SADC, CPLP, ZOPACAS*. Paper apresentado no Colóquio sobre as Relações Brasil-África, 05-12-2002, Instituto Rio Branco. Anais, pp. 253-270. Ministério das Relações Exteriores (MRE)/ Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI)/ Instituto Rio Branco (IRBr)/ Fundação Alexandre de Gusmão. 2002;

\_\_\_\_\_. *A Política Externa Brasileira e Sul-Africana para a África Austral*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Organização), pp. 75-91. South Africa and Brazil: Risks and Opportunities in the Turmoil of Globalization. Brasília (DF): Coedição Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). 1996;

\_\_\_\_\_. *Múltiplas Faces da Identidade Africana*. In: África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, pp. 5-21. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo, 1995/1996;

SANTOS, Juliana Soares. *A Integração Regional na África Austral: A SADC na Ótica dos Interesses Sul-Africanos*. Dissertação de Mestrado, Prof. Dr. Mário Antonio Eufrásio (Orientador). Universidade de São Paulo (USP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). 1999a;

SILVA, André Luiz Reis da. *Os Dilemas da África Contemporânea: a persistência do neocolonialismo e os desafios da autonomia, segurança e desenvolvimento (1960-2008)*. In: revista Ciência & Letras, nº. 44, pp. 125-149, Julho-Dezembro de 2008. Porto Alegre (RS): Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). 2008;

WALDMAN, Maurício. *Águas Doces de Angola: Base Teórico-Metodológica & Relações Internacionais*. Série Professor Mourão Nº. 1. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Disponível *on line* em: < [http://www.mw.pro.br/mw/serie\\_professor\\_mourao\\_01.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/serie_professor_mourao_01.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2020;

\_\_\_\_\_. *Clivagens do Associativismo Africano*. Série Professor Mourão Nº. 4. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Segunda edição, revisada. Disponível *on line* em: < [http://www.mw.pro.br/mw/serie\\_professor\\_mourao\\_04.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/serie_professor_mourao_04.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018;

\_\_\_\_\_. *O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação na Representação Cartográfica Escolar de África*. Texto de subsídio elaborado para a Conferência Geografia e Geopolítica da África, proferida para o XVIII Curso de Difusão Cultural Introdução aos Estudos de África. Universidade de São Paulo. (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Material masterizado como *ebook* pela Editora Kotev, disponível em Formato PDF *on line* em: < [http://www.mw.pro.br/mw/o\\_mapa\\_de\\_africa\\_em\\_sala\\_de\\_aula.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/o_mapa_de_africa_em_sala_de_aula.pdf) >. Março de 2013. 2013a;

\_\_\_\_\_. *Unidade Africana: Um caminho pleno de esperanças*. Paper disponibilizado no site da Cortez Editora a partir de 20-11-2013. São Paulo (SP): Cortez Editora. Texto masterizado e incorporado à Série Africanidades nº. 17 pela Editora Kotev (São Paulo, SP). Título disponível *on line* em: < [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_17.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_17.pdf) >. Acesso em: 20-11-2013. 2013b;

\_\_\_\_\_. *Águas Doces da África Austral: sentidos e dissensos em torno de um recurso estratégico*. In Revista “Estudos Afro-Asiáticos”, *paper* elaborado para o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IPUERJ), Universidade Cândido Mendes (UCAM). Texto publicado no ano de 2020 pela Editora Kotev, de São Paulo, sob o título *Águas da Discórdia: A Disputa entre Angola e África do Sul pelas Águas Doces*. Título disponível como *ebook on line* em: < [http://www.mw.pro.br/mw/aguas\\_da\\_discordia.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/aguas_da_discordia.pdf) >. Acesso: 25-02-2020. 2013c;

\_\_\_\_\_. *Água: Debate Estratégico para Brasileiros e Angolanos*. Paper apresentado nas XIV Jornadas Técnico-Científicas. Luanda (Angola): Fundação Eduardo dos Santos (FESA). 21-24 de Setembro de 2010. Documento masterizado e incorporado à Série Africanidades Nº. 1. São Paulo (SP): Editora Kotev. Texto disponível *on line* em: < [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_01.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_01.pdf) >. 2010;

\_\_\_\_\_. *Arquétipos, Fantasmas e Espelhos*. Revista Geousp nº. 23, Volume 1, pp. 44-63. Universidade de São Paulo (USP): Departamento de Pós-Graduação do Depto. de Geografia da FFLCH-USP: Texto disponível *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/cartografias\\_do\\_racismo\\_02.pdf](http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_02.pdf) >. Acesso em: 22-05-2013. 2008;

\_\_\_\_\_. *Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. Revista Geousp nº. 14, Volume 1, pp. 45-64. Universidade de São Paulo (USP): Departamento de Pós-Graduação do Depto. de Geografia da FFLCH-USP: Texto disponível *on line*:

< [http://mw.pro.br/mw/cartografias\\_do\\_racismo\\_01.pdf](http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_01.pdf) >. Acesso em: 27-02-2013. 2003.

## RELATÓRIOS DE PESQUISA

WALDMAN, Maurício. O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado. São Paulo (SP) e Brasília (DF): Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH-USP/ Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, CNPq. 2013e.

## ARTIGOS

AKUKWE, Chinua. *Africa's economic potential is limitless*. Herald on Line, edição de 12-01-2012. 2012;

VAZ, Rodrigues. *As oportunidades de Angola*. Revista África, nº 21, do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA-USP), pp. 92-93. Dezembro/Janeiro de 2012. São Paulo (SP): CEA-USP. 2012;

WALDMAN, Maurício. *Repensando a Economia Africana*. Artigo eletrônico primeiramente disponibilizado no site da Cortez Editora aos 25 de Maio de 2015, integrando as comemorações do Dia da África. Texto posteriormente masterizado e incorporado à Série Africanidades Nº. 4. Disponível *on line* em:

< [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_04.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_04.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2017;

\_\_\_\_\_. *Novos Rumos da Economia Africana*. Artigo primeiramente publicado pela Revista Brasil Angola Magazine, nº. 5, 01 de Julho de 2012, pp. 22-23. Texto incorporado à Série Africanidades Nº. 14. Disponível *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_14.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_14.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2012a;

\_\_\_\_\_. *África Presente, África em Movimento*. Artigo primeiramente publicado pela Revista Brasil Angola Magazine, nº. 5, Junho-Julho de 2012, pp. 11-12. Texto incorporado à Série Africanidades Nº. 29. Disponível *on line* em:

< [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_29.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_29.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2012b;

\_\_\_\_\_. *O Fabuloso Reino dos Mansas do Mali*. Texto originariamente publicado em 2007 pelo Site do Prof - Assessoria em Educação (São Paulo, SP), e integrado em

2018 pela Editora Kotev, de São Paulo, na Série Africanidades Nº. 24. Título disponível *on line*: < [http://mw.pro.br/mw/africanidades\\_24.pdf](http://mw.pro.br/mw/africanidades_24.pdf) >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2007.

## **CARTOGRAFIA**

*Atlas de Poche*. Kartographie Praha (Praga, Tchecoslováquia, 1971), 12 º edição. Paris (França): Librairie Générale Française. 1981;

*Atlas Jeune Afrique*. Paris (França): Editions Jeune Afrique. 1973;

*Collins World Atlas - reference edition*. Londres (Reino Unido): HarperCollins Publishers. 2010;

*Earth Portfolio Maps*. Hunters Hill (Austrália): Millennium House Publisher. 2012;

BONIFACE, Pascal; VÉDRINE, Hubert et MAGNIER, Jean-Pierre. *Atlas do Mundo Global*. São Paulo (SP): Estação Liberdade. 2009;

DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris (França): Larousse - Essays et Documents. 2011.

## **DOCUMENTOS, GLOSSÁRIOS E MATERIAIS INSTITUCIONAIS**

AU-NEPAD. *African Action Plan 2010-2015 - Advancing Regional and Continental Integration in África*. Adis Abeba (Etiópia): New Partnership for Africa's Development e African Union. 2009;

MALABO. *Report on the joint African Union Commission (AUC) – United Nations Environment Programme (UNEP) - United Nations Economic Commission for Africa (UNECA) - African Development Bank (AfDB). Round Table on Rio+20*. Malabo (Guiné Equatorial): 17th African Union Ordinary Session of the Assembly. 30 June - 1 July 2011.

SADC: *Protocol on Shared Watercourse Systems in the Southern African Region*: < <http://www.africanwater.org/SADCprotocol.PDF> >. Acesso: 14-12-2007. 2007;

UA. *Panafricanism & African Renaissance - 21<sup>th</sup> African Union Summit, 19-27 May, 2013*. In: *Au Echo: The Africa We Want, Special Issue for the 50<sup>th</sup> Anniversary of the OAU-AU, 1963-2013*. Adis Abeba (Etiópia): União Africana. 2013;

UNEP. *Hydropolitical Vulnerability and Resilience along International Water: Africa*. United Nations Environment Programme. Nairobi (Quênia). 2005;

## SEMINÁRIOS

**FESA - Fundação Eduardo dos Santos, República de Angola: XIV Jornadas Técnico-Científicas**. Tema do evento: A Água como Factor de Desenvolvimento. Palácio dos Congressos da Assembleia Nacional de Angola. Luanda, 21/24 Setembro de 2010. 2010;

**Conferência Angola Brasil**: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI (Organização). Evento reunindo cinco Ministros de Estado e entidades da República de Angola com parceiros brasileiros. Hotel Renaissance, Auditório Yukon, São Paulo (SP). 22-06-2010. 2010.

## LEVANTAMENTOS TÉCNICOS

WALDMAN, Maurício. *Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial, Ano-base 2010*. Devantamento técnico de subsídio para a pesquisa *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*. Documento divulgado preliminarmente junto ao XVIII Curso de Difusão Cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP) e posteriormente endossado pela Câmara de Comércio Afro-Brasileira (AFRO-CHAMBER). Abril de 2013. Material masterizado em Formato PDF pela Editora Kotev, Série Professor Mourão Nº. 4, disponível *on line* em: < [http://www.mw.pro.br/mw/serie\\_professor\\_mourao\\_04.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/serie_professor_mourao_04.pdf) >. 2013d.

## COLÓQUIOS

Colóquio Geopolítica & Cartografia da Diáspora: África América Brasil. Geopolítica e Cartografia da Diáspora, Volumes I e II. Palestras e Conferências do Evento. Realização do Projeto Geoafro e do CIGA-UNB, apoio do Programa de Pós-Graduação

em Geografia da UNB e CAPES-MEC. Material videográfico em dois CDs. Coordenação Tecno-científica: Professor Doutor Rafael Sanzio dos Anjos. Brasília, 2012.

## **SITES**

### **BRICS: Brazil, Russia, India, China & África do Sul**

<http://www.brica.co.za/>  
[www.bdeac.org/](http://www.bdeac.org/)

### **CEEAC: Communauté Economique des Etats de l'Afrique Centrale**

<http://www.ceeac-eccas.org/>

### **CEPGL: Communauté Économique des Pays des Grand Lacs**

<http://41.186.5.236/footer/mentions-legales.html>

### **ECOWAS - Economic Community of Western African States**

<http://www.ecowas.int/>

### **SACU: Southern African Customs Union**

<http://www.sacu.int/>

### **SADC - Southern African Development Community**

<http://www.sadc.int/>

### **UMA: Union du Maghreb Arab**

<http://www.maghrebarabe.org/en/>

### **UNECA: United Nations Economic Commision for Africa**

<http://www.uneca.org>

### **UNEP - United Nations Environment Programme**

<http://www.unep.org/>

<sup>1</sup> **Águas Doces de Angola: Conclusões de uma Análise em Relações Internacionais** corresponde às conclusões finais do Relatório de Investigação de Pós-Doutorado *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, pesquisa desenvolvida no biênio 2012-2013 com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entidade de fomento à pesquisa acadêmica ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do governo do Estado de São Paulo. Atente-se que o parecer final de aprovação do Relatório pela FAPESP no ano de 2014, categorizou a investigação como *excelente*, destacando o rigor da redação e organização do texto, assim como destacou o material como merecedor de publicação. Em termos editoriais/textuais, **Águas Doces de Angola: Conclusões de uma Análise em Relações Internacionais** correspondendo às conclusões que no texto original, respondiam pelo título *Registro de um Final Provisório*, referem-se às páginas 106-115 do citado Relatório, que nesta edição, foi levemente adaptado para publicação em *separata*, exclusivamente reparos nas referências bibliográficas do texto original. Atente-se que todos os títulos da Série Professor Mourão, à qual este material está indexado, acatam a ordem de exposição textual do Relatório de Pós-Doutorado, sequenciados de acordo com a numeração, de 1 a 8. No ano de 2020, sob titularidade da **Editores Kotev** (2018, Kotev©), este mesmo material foi revisado, masterizado e reconfigurado editorialmente. A edição atual do texto incorpora revisão ortográfica com base nas regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa e igualmente cautelas de estilo, repaginação normativa e ajustes de programação inerentes ao formato PDF. Enquanto documento, a presente edição reporta exclusivamente ao teor e considerações presentes no documento original da investigação. **Águas Doces de Angola: Conclusões de uma Análise em Relações Internacionais** contou com a Assistência de Editoração Eletrônica, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens por parte do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, Contato E-mail: [francesco\\_antonio@hotmail.com](mailto:francesco_antonio@hotmail.com), Home-Page: [www.harddesignweb.com.br](http://www.harddesignweb.com.br). **Águas Doces de Angola: Conclusões de uma Análise em Relações Internacionais** é um material gratuito, sendo vedada qualquer forma de reprodução comercial e igualmente, divulgação sem aprovação prévia da **Editores Kotev** (Kotev©). A citação deste texto deve obrigatoriamente agregar referências ao autor e ao texto, conforme segue: WALDMAN, Maurício. *Águas Doces de Angola: Conclusões de uma Análise em Relações Internacionais*. Série Professor Mourão Nº. 7. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). São Paulo (SP): Editores Kotev. 2020.

<sup>2</sup> **MAURÍCIO WALDMAN** é jornalista (MTb 79.183-SP), pesquisador acadêmico, professor universitário, editor, consultor e antropólogo africanista, com graduação em Sociologia (USP, 1982), licenciatura em Geografia Econômica (USP, 1983), mestrado em Antropologia (USP, 1997), doutorado em Geografia (USP, 2006), pós-doutorado em Geociências (UNICAMP, 2011), pós-doutorado em Relações

Internacionais (USP, 2013) e pós-doutorado em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015). O segundo pós-doutoramento do autor, *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, foi desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP), sob supervisão do Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, decano do conhecimento africanista brasileiro, pesquisa que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Waldman atuou como consultor do Instituto Paulo Freire no campo temático de África e realidade negra brasileira na *Coleção Tecendo o Saber* (2003-2004), como consultor internacional da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (2013-2017), e durante dez anos (2004-2014), como professor colaborador nos cursos de difusão cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Também desenvolveu palestras, cursos e conferências sobre África & Africanidades em dezenas de cidades brasileiras. Maurício Waldman responde pela autoria de 210 artigos, resenhas, projetos e textos científicos centrados no temário de África & Africanidades. Entre outros veículos de mídia impressa e eletrônica, os textos de Maurício Waldman foram publicados pela revista África (CEA-USP), Jornal Cultura (Luanda, Angola), revista Brasil-Angola Magazine (São Paulo), revista eletrônica Contemporartes (Curitiba) e Instituto Portal Afro (São Paulo). Waldman é autor de *Africanidade, Espaço e Tradição: A Topologia do Imaginário Espacial Tradicional Africano na fala griot sobre Sundjata Keita do Mali* (Revista África, coedição CEA-USP/Editora Humanitas, 1997-1998, Volume 20/21, pp. 219-268), *paper* considerado academicamente relevante pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), o mais influente centro de pesquisa mantido pelo governo francês ([Cf. Ficha Catalográfica](#)). Maurício Waldman também é coautor de *Memória D'África: A temática africana em sala de aula* (Cortez Editora, 2007), obra de referência no campo africanista brasileiro.

#### **Mais Informação:**

**Portal do Professor Maurício Waldman:** [www.mw.pro.br](http://www.mw.pro.br)

**Maurício Waldman - Textos Masterizados:** <http://mwtextos.com.br/>

**Currículo Lattes-CNPq:** <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

**Página em Academia.edu:** <https://usp-br.academia.edu/Maur%C3%ADcioWaldman>

**Verbete Wikipedia (BrE):** [http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio\\_Waldman](http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman)

**Contato Email:** [mw@mw.pro.br](mailto:mw@mw.pro.br).

<sup>3</sup> Trecho da República da Moldova, país que situa-se entre a Romênia e a Ucrânia, que declarou-se independente em 1990 com apoio russo. Contudo, a Transdniestria não possui reconhecimento internacional e mantém uma independência *de facto* em razão da fraca capacidade de intervenção da Moldova, temerosa de confronto com a Rússia.

<sup>4</sup> A Abkhazia e a Ossétia do Sul são duas repúblicas autônomas anteriormente inseridas na ex-República Soviética Federal da Geórgia, que integrava a URSS. Na esteira dos atritos que ocorrem a partir de 1989 entre a Geórgia e a Federação

Russa, estas duas repúblicas destacaram-se da Geórgia com patrocínio explícito de Moscou.

<sup>5</sup> Subjacente a essa diretriz, existe a questão dos laços mantidos com a numerosa diáspora formada por emigrantes do Magreb e seus descendentes, instalados em especial na França.

<sup>6</sup> Reconhecidamente, os blocos manifestam preferência por um diálogo entre blocos e não com um país (MOURÃO, 2002: 265).

<sup>7</sup> Dentre os órgãos que visam a segurança regional estão o Regimento Interno do Mecanismo de Alerta Rápido da África Central (FOMAC) e a Direção das Ações Políticas e Diplomáticas (DAPD).

<sup>8</sup> A CGG é formada por Angola, Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, RDC, São Tomé e Príncipe (países integrantes da CEEAC-ECCAS), aos quais se soma a Nigéria. Este conjunto tem como um dos seus marcos fundantes a preocupação em gerir a política petrolífera numa região que atualmente abastece 20% do consumo norte-americano, neutralizando contradições como as existentes no relacionamento entre a Nigéria (um produtor de hidrocarbonetos desde os anos 1960) e a Guiné Equatorial (produtor recente). Não por acaso a Guiné Equatorial tem se aproximado do grupo dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial portuguesa), adotando em 2010 o português como uma das suas línguas oficiais, ao lado do francês e do espanhol, medida entendida como condição prévia para pavimentar sua adesão na CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Vide MOURÃO, 2010a: 15-17 e MOURÃO, 2010b: 14).

<sup>9</sup> “E não esquecer a participação muito ativa de Angola nos Serviços de Segurança e Inteligência de África (CISSA), cujos principais desafios passam pelo alerta da existência de conflitos que possam ameaçar a paz e a segurança dos Estados signatários, pelo reforço dos mecanismos de atuação, das linhas de comunicação e pela atribuição de tecnologia original na União Africana” (VAZ, 2012: 92).

<sup>10</sup> Nessa declinação, a criação de Angólia, uma espécie de “Brasília angolana” postada não só no centro do país, como de igual modo, no cerne da rede hidrográfica que escoam para os países vizinhos, intui uma sinergia geopolítica que se impõe por si mesma (Cf. WALDMAN, 2013c).

<sup>11</sup> “A moral da sabedoria, que é a melhor no plano dos fatos como no dos valores, não resolve as antinomias da conduta estratégico-diplomática, mas se esforça por encontrar a solução mais aceitável em cada caso” (ARON, 1979: 564).

<sup>12</sup> Esta doutrina, também conhecida como *Doutrina Harmon*, assegura ser legítimo o sequestro da água dos rios cujos caudais escoam a jusante, desconsiderando os direitos das populações e as atividades situadas rio abaixo (Ver a respeito: CAUBET, 1980: 64, 65 e 69).

<sup>13</sup> A RDC é um país dotado de portentosas riquezas naturais, dado que deve ser consorciado à sua esplêndida posição geoestratégica. Anote-se que as possibilidades e os desdobramentos da estabilização política do país não integraram o foco da investigação ora arrolada nesse Relatório. Porém, o mínimo a ser colocado seria o

quanto este promissor país africano pode exercer no futuro, um protagonismo a altura das suas potencialidades.

<sup>14</sup> Ressalve-se que Angola exercita sua autonomia política desde 1975 e a RSA, com o governo de maioria negra, a partir de 1994.

<sup>15</sup> Nome artístico de Ambroise-Paul-Toussaint-Jules Valéry (1871-1945).

<sup>16</sup> Literalmente: *terra de ninguém* em alemão, expressão que estabelece um diálogo semântico com *no man's land* em inglês.

## CONHEÇA A SÉRIE PROFESSOR MOURÃO



<http://mwtextos.com.br/serie-professor-mourao/>

## CONHEÇA A SÉRIE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



<http://mwtextos.com.br/>



Os debates sobre o continente africano constitui um dos pilares centrais de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com RELAÇÕES INTERNACIONAIS, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO POPULAR, ANTROPOLOGIA E GEOGRAFIA.

Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página:  
<http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:  
[atendimento@kotev.com.br](mailto:atendimento@kotev.com.br)